



Educação financeira como política pública: estudo em escolas de ensino médio do vale do Itajaí- SC

Financial education as public policy: study in high schools In the Itajaí valley - SC

Amanda Paza¹

<https://orcid.org/0009-0009-6922-8381>

Carolina Klein Padilha²

<https://orcid.org/0000-0002-4131-0393>

Recebido em: 23 out. 2024

Aceito em: 20 dez. 2024

Como citar este artigo: PAZA, A.; PADILHA, C. K. Educação financeira como política pública: estudo em escolas de ensino médio do vale do Itajaí - SC: Financial education as public policy: study in high schools In the Itajaí valley - SC. **Revista Visão: Gestão Organizacional**, Caçador (SC), Brasil, v. 13, n. 2, p. e3631-e3631, 2024. DOI: 10.33362/visao.v13i2.3631. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/visao/article/view/3631>.

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo analisar o entendimento dos estudantes do ensino médio quanto à Educação Financeira e verificar se as famílias contribuem instruindo seus filhos a respeito de questões financeiras, como gastos, poupança, investimentos, entre outros. Para isto, a pesquisa foi realizada em três escolas, com estudantes do primeiro ao terceiro ano do ensino médio. Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa é descritiva e quantitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de *survey* disponibilizado pelo Google *Forms*, em escolas do Vale do Itajaí, SC. Por meio dos resultados obtidos, observou-se que grande parte dos estudantes pesquisados não tiveram aulas de educação financeira na escola, o que demonstra falha na implementação da política pública. Ainda, o conhecimento das famílias, de forma geral, em finanças é limitado. Os resultados apontam para uma lacuna significativa na educação financeira no ensino médio, sugerindo a necessidade de uma análise curricular mais aprofundada.

Palavras-Chave: Educação financeira. Política Pública. Estudantes. Ensino Médio.

Abstract: This research aims to analyze high school students' understanding of financial education and verify whether the family contributes by instructing their children about financial issues, such as spending, savings, and investments, among others. For this,

¹ Bacharel em Ciências Contábeis. Especialista em Controladoria e Finanças. Centro Universitário de Brusque. E-mail: amanda_paza@hotmail.com.

² Doutora em Administração. Departamento de Governança Pública. Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail: carolina.kp@udesc.br.

research was carried out in three schools, with students from the first to the third year of high school. From a methodological point of view, this research is descriptive and quantitative. Data collection was carried out through a survey made available by Google Forms, in schools in Vale do Itajaí, SC. Through the results obtained, it was observed that most of the students surveyed did not take financial education classes at school, which demonstrates a failure in the implementation of public policy. Furthermore, families' knowledge in general about finances is limited. The results point to a significant gap in financial education in high school, suggesting the need for a more in-depth curricular analysis.

Keywords: Financial education. Public policy. Students. High school.

INTRODUÇÃO

Hodiernamente, tem-se discutido acerca da Educação Financeira e sua relação entre instabilidade econômica e dificuldade das pessoas para administrarem suas finanças (PABIS; HOCAYEN-DA-SILVA, 2022). Com a facilidade de obter produtos financeiros como, empréstimos, cartão de crédito, financiamentos, entre outros, e com a contribuição da globalização, as pessoas conseguem adquirir bens e serviços com muita praticidade, muitas as vezes sem sair das suas casas.

Silva (2015) observa que, na sociedade capitalista atual, as frequentes mudanças impactam aspectos econômicos, sociais e culturais. As pessoas são constantemente expostas a propagandas e merchandisings que estimulam o consumo de bens materiais, incentivando, assim, compra e venda e alimentando a busca incessante pelo ter. Conforme dados divulgados pelo Serasa (2024), a inadimplência no Brasil teve um aumento significativo, sendo que mais de 967 mil pessoas passaram a estar inadimplentes. Com esse aumento o indicador aponta que no Brasil há 72,07 milhões de brasileiros com o nome restrito, com maior destaque para a faixa etária de 41 a 60 anos, representando 35% do total.

Segundo Oliveira (2018), o elevado endividamento tem impactado significativamente a vida das pessoas, afastando-as cada vez mais da possibilidade de concretizar seus sonhos e projetos. Para escapar dessa instabilidade financeira, é necessário adotar novas atitudes e tomar decisões assertivas que conduzam a um consumo mais consciente e, por consequência, à realização de objetivos pessoais. Nesse sentido, políticas públicas para educação financeira são fundamentais para um planejamento financeiro eficaz, podendo ser aprendido antes da vida adulta. Com base nesse cenário, pesquisadores tem estudado a respeito do tema, como Grando e Schneider (2011), Prado (2015), Silva (2019), Cunha (2020); Ribeiro *et al.* (2021) entre outros.

Dessa forma, tem-se como pergunta de pesquisa: Os estudantes que frequentam o ensino médio têm conhecimento a respeito de educação financeira? O objetivo da pesquisa consiste em analisar o conhecimento dos estudantes do ensino médio a respeito da educação

financeira. Como justificava para o estudo, considera-se que a realização da pesquisa e seus resultados serão um valioso instrumento para os alunos, escolas e famílias, a instigar o conhecimento da educação financeira nas escolas e para estimular o desenvolvimento dos valores como consumo consciente e a ética, bem como a formação de cidadãos capazes de atuar de forma crítica, e reflexiva em relação às questões econômicas e financeiras da sociedade.

Scolari e Granado (2016) apontam que, considerando que as crianças e adolescentes passam grande parte de suas vidas na escola, é fundamental que saiam dela com habilidades e autonomia para lidar com a vida social de forma consciente e crítica. Devem ser capazes de relacionar o conteúdo aprendido em sala de aula com as situações que enfrentam fora do ambiente escolar.

Além disso, a educação financeira nas escolas, como política pública (SECCHI *ET AL.*, 2021), pode contribuir para a redução da desigualdade social e da pobreza, uma vez que o conhecimento financeiro pode ajudar as pessoas a aumentarem suas rendas e gerenciarem melhor seus recursos, promovendo assim a melhoria da qualidade de vida.

Este estudo está dividido em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. Na segunda seção é apresentado o referencial teórico do estudo. A terceira seção refere-se à metodologia utilizada. A quarta seção apresenta os resultados da pesquisa. A quinta seção apresenta as considerações finais seguidas das referências.

REFERENCIAL TEÓRICO

RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA

A família é essencial na formação e desenvolvimento pessoal, oferecendo suporte emocional, social e financeiro. Como primeira instituição social, ela ensina à criança os valores e crenças que moldarão sua vida. E pode ser considerada como “um sistema aberto em permanente interação com seu meio ambiente interno e/ou externo, organizado de maneira estável, não rígida, em função de suas necessidades básicas e de um modus peculiar e compartilhado de ler e ordenar a realidade, construindo uma história” (NOBRE, 1987, p. 118-119). A partir disso, pode-se dizer que é na família que a criança aprende os primeiros valores e princípios morais importantes para o desenvolvimento e para conviver em sociedade. Pois, é na família que a criança desenvolve a capacidade de se relacionar, a empatia e a comunicação para com as outras pessoas.

Os pais são responsáveis por fornecerem um ambiente seguro, alimentação, higiene, moradia, desenvolver a autoestima e autoconfiança para enfrentar as adversidades da vida. De

acordo com Weil (2000), fracassos na vida social e íntima do adulto, muitas vezes tem relação com erros na educação, pais extremamente rígidos podem tornar seus filhos tímidos e a rebeldia, e pais que brigam entre si na presença de seus filhos, podem gerar a incapacidade para um matrimônio infeliz.

A educação escolar é uma das principais formas de transmitir conhecimentos, valores, habilidades, trabalho em equipe que contribui com o crescimento pessoal para prepará-los para o futuro. Além disso, é nas escolas que muitas vezes são identificados possíveis dificuldades de aprendizagem dos alunos e pode ser oferecidos recursos necessários para ajudar superá-los. É na escola também que os alunos começam sua preparação para o mercado de trabalho, oferecendo conhecimentos e habilidades relevantes, tais como: habilidades tecnológicas, habilidades empreendedoras e habilidades de liderança (SOUSA, 2008).

A família e as escolas são responsáveis em educar as crianças para formar adultos éticos, moras e responsáveis para viver em sociedade. Segundo Nérici (1981), se a escola não tiver preocupação com a comunidade, ela trabalhará de forma desajustada os seus alunos. A escola deve promover a integração no tempo e no espaço, de toda comunidade, através do estudo da atual realidade.

Os pais podem começar desde cedo ensinar seus filhos conceitos financeiros básicos, como a diferença entre necessidades e desejos, a importância de economizar dinheiro, como fazer um orçamento e como evitar dívidas. À medida com que as crianças crescem os pais podem incluir conceitos financeiros mais avançados, como investimentos e a importância de ter uma reserva financeira (PERETTI, 2007).

Ao aprender sobre finanças desde cedo, os filhos entendem a importância do trabalho árduo, da perseverança e do investimento para planejar seu futuro, alcançar seus objetivos e realizar seus sonhos, seja eles uma viagem ou a compra de um bem. Sendo assim, ensinar os filhos desde cedo sobre educação financeira é investir em seu futuro, ajudando-os a desenvolver habilidades financeiras essenciais, evitando problemas futuros desnecessários, formando um cidadão consciente, crítico, que saiba diferenciar vontades de necessidades, evitando o consumo excessivo, preparando os filhos para lidar com as dificuldades do mundo e contribuindo para uma sociedade melhor (PERETTI, 2007).

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E FINANÇAS PESSOAIS

A educação financeira é importante para ajudar as pessoas a entenderem e gerenciarem melhor suas finanças pessoais. A educação financeira dá para as pessoas aptidão financeiras básicas, como orçamento, economia, investimento, gerenciamento de dívidas e ajudar as pessoas a tomar decisões financeiras com qualidade.

Conforme Jacob *et al.* (2000, p.8), o termo financeira “aplica-se a uma vasta escala de

atividades relacionadas ao dinheiro nas nossas vidas diárias, desde o controle do cheque até o gerenciamento de um cartão de crédito, desde a preparação de um orçamento mensal até a tomada de um empréstimo, compra de um seguro, ou um investimento.” Já o termo, educação “implica o conhecimento de termos, práticas, direitos, normas sociais, e atitudes necessárias ao entendimento e funcionamento destas tarefas financeiras vitais. Isto também inclui o fato de ser capaz de ler e aplicar habilidades matemáticas básicas para fazer escolhas financeiras sábias.”

Além disso, a educação financeira influencia na qualidade de vida das pessoas, pois ela contribui a desenvolver habilidades e conhecimentos necessários para lidar com dinheiro de forma consciente e responsável. Segundo Modernell (2011), “por tudo isso, Educação Financeira deve ser vista como um conjunto de hábitos financeiros saudáveis que contribuam para melhorar a situação, o proveito e as perspectivas financeiras das pessoas.”

Entende-se que um dos objetivos da educação financeira é ajudar as pessoas a estabelecer metas financeiras realistas e alcançáveis, criar um orçamento que funcione para elas identificarem formas de economizar e investir dinheiro para atingir essas metas. Assim, as pessoas podem ter mais segurança financeira, menos preocupações e maior estabilidade em suas vidas, contribuindo para que elas tenham uma melhor qualidade de vida (PERETTI, 2007).

Além disso, a educação financeira pode ajudar as pessoas a compreenderem melhor o mercado financeiro e como fazer escolhas bem-informados, assim podendo resultar em melhor investimento e maiores retornos financeiros.

Para Villela (2019), mesmo o mercado financeiro não sendo muito explorado para os mais jovens, nos últimos anos houve aumento significativo na participação de jovens investidores. Destaca-se a importância de ensinar desde cedo conhecimentos sobre os investimentos, como gerenciar as finanças, permitindo que as pessoas aprendam como gerenciar seus gastos e direcionar para investimentos.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESFERA ESCOLAR

A Educação Financeira, de acordo com OCDE (2005), refere-se ao fornecimento de informações acerca da legislação que garante padrões de atendimento aos usuários de serviços, sendo ainda, a provisão de instrução e aconselhamento. Apesar dos elementos que foram sendo acrescentados à essa referência com os passar dos anos, sua essência a respeito do comportamento e ações individuais, permaneceu inalterada.

Na esfera internacional, a OCDE é a principal referência quanto ao desenvolvimento de conteúdos e validação de experiências de Educação Financeira. A primeira ação neste campo ocorreu em 2003, pela fundação do *Financial Education Projec*, em função de três cenários: aumento de trabalhadores a se aposentar em cenário de diminuição da cobertura

previdenciária promovida por Estados e empregadores; aumento do endividamento em condições de acesso facilitado a crédito e a mercados financeiros desregulados e aumento de transações financeiras eletrônicas, em contexto em que há grupos sociais fora do sistema bancário (OCDE, 2005).

No Brasil, as iniciativas para implementação da Educação Financeira datam de 2007, como política de Estado. Em 2009, o Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec), do Ministério da Fazenda, instituiu grupo de trabalho, coordenado pela Comissão de Valores Mobiliários, para elaboração de uma proposta de Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). O objetivo apresentado era promover e fomentar a cultura de educação financeira no país, ampliar a compreensão do cidadão, para que seja capaz de fazer escolhas conscientes quanto à administração de seus recursos, e contribuir para eficiência e solidez dos mercados financeiro, de capitais, de seguros, de previdência e de capitalização (CVM, s/d).

Em 2013, iniciou-se parceria com o MEC para difusão da Educação Financeira para o ensino médio (AEF, 2013), em escolas que já participavam de programas do governo federal. Ao abranger a educação financeira nas disciplinas escolar, os alunos têm a oportunidade de aprender desde cedo a importância de planejar suas finanças, estabelecer metas financeiras, poupar, investir e gerir seus gastos de forma consciente. Conforme os parâmetros curriculares nacionais, as escolas têm a responsabilidade de propor uma prática educativa adequada às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais da realidade brasileira, que considere os interesses e as motivações dos alunos e garanta as aprendizagens essenciais para a formação de cidadãos autônomos, críticos e participativos, capazes de atuar com competência, dignidade e responsabilidade na sociedade em que vivem (PCNs, 1997). Neste sentido, Bastos (2001, p.1) afirma que, “as finanças precisam ser inseridas na educação das crianças para que sejam formados adultos com noção de orçamento, poupança, ganhos e gastos”.

Conforme a OCDE (2005), a alfabetização financeira deveria ser obrigatória nas escolas. O estudo das finanças faz parte das noções básicas para o desenvolvimento de um povo mais igualitário, mais justa e coerente contribuindo para o melhor desenvolvimento do país. Crianças sabem e compreendem como manipular o dinheiro, bem como, a lidar com as frustrações e felicidades advindas da remuneração, mudam seu perfil comportamental e lhes permitem a tomar melhores decisões mais conscientes ao longo de suas vidas. O impacto da alfabetização financeira ainda na infância propaga mudanças não apenas imediata no desenvolvimento das crianças, mas, mudanças permanentes ou contínuas ao longo da vida do indivíduo e, portanto, de toda a sociedade.

No âmbito escolar existe alguns meios para aplicar a educação financeira nas escolas, podendo ser por aulas específicas, projetos interdisciplinares, palestras e oficinas. Aplicando todo os conteúdos de forma clara, didática e adaptados para cada faixa etária dos alunos. A

matemática financeira é uma extraordinária ferramenta para ser utilizada como alternativa para contribuir no processo de aprendizagem sobre educação financeira, pois a matemática financeira é atual e necessária na formação de pessoas críticas, ela oferece benefícios necessários para tomadas de decisões importantes nas suas vidas (SANTOS, 2008).

A Educação Financeira auxilia na tomada de decisões conscientes. Isso inclui aspectos como escolher entre compras parceladas ou à vista, elaborar orçamentos periódicos, gerenciar finanças por meio de planilhas, avaliar possíveis investimentos em ativos financeiros, entre outros. Portanto, é crucial que as pessoas tenham acesso a esses conhecimentos desde a educação básica, capacitando-as para fazer escolhas informadas por meio de uma análise crítica. Assim, promover a formação de consumidores críticos e responsáveis torna-se fundamental para construir uma sociedade financeiramente saudável. Além disso, a educação financeira pode ajudar a melhorar a qualidade de vida dos alunos, ensinando-os a lidar com emergências financeiras, evitando o endividamento excessivo e promovendo o planejamento financeiro para os objetivos futuros (MORAES, 2019).

Moraes (2019) declara que a proposta da Educação Financeira é capacitar o indivíduo no planejamento e na gestão dos recursos monetários, orientando-o na tomada de decisões coerentes que promovam a economia e o investimento. Isso visa garantir uma maior estabilidade financeira e tranquilidade, tanto no presente quanto no futuro.

Conforme publicado pelo Senado (2024), o senador Izalci Lucas propôs um projeto para alterar a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir administração financeira nos currículos de educação básica da rede de ensino do país. Segundo o senador, “ao ensinar educação financeira desde cedo, combateremos a falta de conhecimento e o endividamento, evitando que muitas pessoas enfrentem dificuldades financeiras simplesmente por não terem recebido uma educação adequada sobre o assunto”.

Em dezembro de 2023 o Banco Central anunciou a Resolução Conjunta n. 8, cujo objetivo é estabelecer diretrizes para a implementação de estratégias de educação financeira por parte de bancos, instituições de pagamento e outras entidades autorizadas pelo Banco Central. Isso visa, entre outras coisas, diminuir questões como o superendividamento (BANCO CENTRAL, 2023).

A educação financeira é um dos temas mais incentivados pelo Banco Central nos últimos anos. Existem vários projetos na área para contribuir com a aprendizagem para todos. A importância de focar nessas iniciativas se torna cada vez mais evidente, especialmente considerando o avanço da inclusão financeira no país nos últimos anos. Segundo dados do Banco Central (2023), o número de indivíduos que mantêm vínculos com o Sistema Financeiro Nacional aumentou de 138,5 milhões em dezembro de 2016 para 175,9 milhões em outubro de 2023. Paralelamente, observou-se um crescimento no número de pessoas que fazem uso de produtos de crédito, saltando de 71,4 milhões em dezembro de 2016 para 111,3 milhões

em setembro de 2023.

Com isso, o Banco Central entende que aumentam os riscos de os indivíduos sofrerem golpes, fraudes e aumento da inadimplência. Conforme dados divulgados pelo próprio Banco Central, as fraudes e golpes passaram de 1,2 milhão em 2019, para 4,1 milhão em 2021. O número de pessoas inadimplentes aumentou 10,2 milhões, em dezembro de 2016 para 15,9 milhões em setembro de 2023, e também, o total de pessoas em situação de endividamento de risco cresceu de 8,4 milhões, em dezembro de 2017, para 15,1 milhões em março de 2023.

Com os dados apresentados pelo Banco Central, é possível afirmar a importância de ensinar sobre a educação financeira nas escolas, para os jovens e também para as crianças. Para que no futuro eles tenham conhecimento e consigam entender sobre o mercado financeiro, fazer boas escolhas e não se endividar e como consequência ter uma qualidade de vida.

Dificuldades financeiras têm um impacto significativo na saúde mental, com situações adversas como o desemprego, o acúmulo de dívidas, e despesas inesperadas afetando as pessoas de maneiras diversas. A pressão financeira pode provocar uma série de reações emocionais e físicas, desde a irritabilidade e nervosismo até sintomas mais severos como dor muscular e insônia, particularmente notáveis durante períodos de incerteza econômica, como foi observado durante a pandemia de covid-19 (SERASA, 2023).

Além disso, o estresse contínuo relacionado ao dinheiro pode desencadear problemas mais graves de saúde mental, como ansiedade generalizada e depressão. Portanto, adotar medidas preventivas no gerenciamento financeiro não apenas ajuda a manter uma estabilidade econômica, mas também é crucial para preservar a saúde mental, sublinhando a importância de abordar as finanças com cuidado e atenção (SERASA, 2023).

A pesquisa Perfil e Comportamento do Endividamento Brasileiro, realizada em 2022 pelo Serasa em parceria com a Opinion Box, avaliou o impacto das dívidas na vida emocional dos entrevistados. Os dados mostraram que, 83% dos entrevistados afirmaram que no período de endividamento tiveram insônia, 74% alegaram problemas de concentração para realizar as tarefas diárias, 62% sentiram impacto no relacionamento do casal, 61% apresentaram crises ou momentos de ansiedade, entre outros problemas (SERASA, 2023).

De acordo com Veiga *et al.* (2019), uma gestão financeira pessoal adequada é crucial para evitar ou reduzir o estresse relacionado às finanças. Nesse sentido, o aprimoramento da educação financeira para desenvolver práticas eficazes de gestão financeira tem o potencial de elevar a satisfação financeira e melhorar a qualidade de vida da população.

Considerando o que foi discutido até o momento, torna-se evidente que quanto mais cedo as pessoas tiverem acesso à educação financeira, maior será sua capacidade de evitar uma série de problemas financeiros e aumentar suas chances de realizar seus sonhos, resultando em uma melhor qualidade de vida. Ao compreenderem os princípios básicos da

gestão financeira desde cedo, os indivíduos estarão mais bem equipados para tomar decisões financeiras conscientes e responsáveis ao longo de suas vidas, garantindo uma base sólida para o seu bem-estar financeiro futuro.

ASPECTOS METODÓLOGICOS

Quanto à abordagem, esta pesquisa é quantitativa, pois segundo Richardson (1989) procura descobrir e classificar a relação entre variáveis. A pesquisa quantitativa busca garantir de forma precisa os resultados, evitando distorções na análise e na interpretação. Quanto aos objetivos, utilizou-se pesquisa descritiva, uma vez que está estruturada para medir características descritivas em uma questão de pesquisa, cujo corte transversal acontece pela coleta de dados em um ponto do tempo e sintetizados estatisticamente (HAIR Jr. *et al.*, 2005).

Quanto aos procedimentos, a pesquisa se caracteriza como *survey*. Segundo Creswell (2010) a pesquisa de *survey* proporciona descrição quantitativa de tendências e opiniões de certa população, estudando uma amostra da população. Para tanto, foram utilizados questionários para a coleta de dados, a fim de se fazer uma generalização a partir de uma amostra (HAIR Jr. *et al.*, 2005).

A população diz respeito à totalidade de elementos que possuem um conjunto de características comuns e pode se referir a um grupo de pessoas que se pretende conhecer, como também a países, fatos sociais, empresas públicas ou privadas, entre outros (HAIR Jr. *et al.*, 2005). A amostra é entendida como uma parte dessa totalidade, ou seja, do universo de pesquisa. De acordo com Babbie (1999), a amostra não probabilística aceita o julgamento do pesquisador na decisão dos elementos a serem incluídos na amostra, por seu conhecimento da população e amostra. Hair Jr. *et al.* (2005) comentam que para cada indicador (questão a ser respondida) são necessários pelo menos cinco respondentes, assim a amostra contempla essa sugestão, uma vez que o instrumento de pesquisa é o questionário validado na dissertação de mestrado de Prado (2015), e apresenta 20 questões, divididas em cinco blocos: características pessoais, crédito, investimento, características de consumo, conhecimento financeiro.

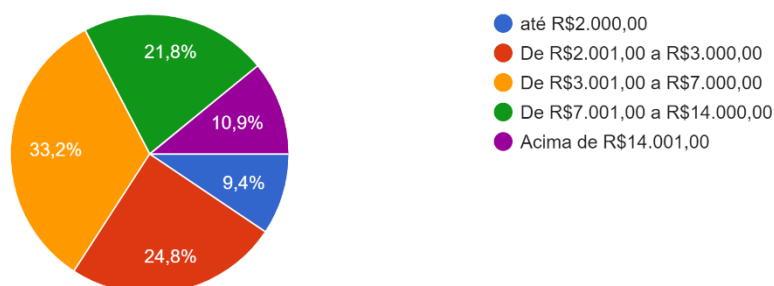
As escolas pesquisadas foram escolhidas em função da acessibilidade dos pesquisadores às mesmas, e por oferecerem Ensino Médio. Participaram deste estudo respondentes do ensino médio de três escolas, perfazendo total de 203 respondentes. Para coleta de dados, foram utilizados questionários disponibilizados via Google *Forms*. O período de coleta foi de 5 de agosto a 30 de setembro de 2023.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção são descritos os resultados obtidos pela aplicação do instrumento de

coleta de dados. Com relação ao perfil dos respondentes da pesquisa, a maioria dos alunos tem 15 anos de idade, o que corresponde a 57,5% dos entrevistados; 19,6% dos respondentes têm 16 anos; 17% têm 17 anos e 5,9 tem 14 anos. A maior parte dos entrevistados estão na primeira série do ensino médio, o que corresponde a 58,8% do total de entrevistados, seguidos de 25% na terceira série do ensino médio e na segunda série do ensino médio são 16,2%. Entre os entrevistados, a maioria dos alunos estuda no período diurno. Quanto às rendas familiares, as mesmas podem ser verificadas no Gráfico 1.

Gráfico 1: Renda familiar

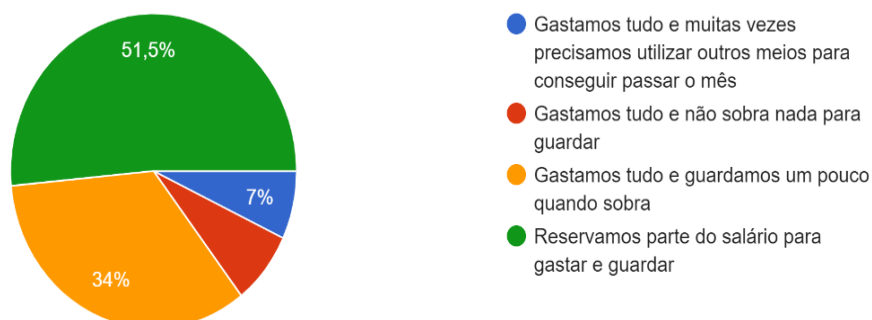


Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme demonstra o Gráfico 1, a maioria das famílias dos estudantes, 33,2% têm renda entre R\$3.001,00 a R\$7.000,00. Apenas 10,9% das famílias têm renda acima de R\$14.001,00. Entretanto, o menor percentual é 9,4% que é referente a renda de até R\$2.000,00.

Dos alunos entrevistados, apenas 88,7% responderam que tem ou tiveram aulas a respeito de educação financeira. Estes dados revelam uma lacuna significativa na oferta de educação financeira nas escolas, pois apenas 11,3% dos alunos entrevistados afirmam terem tido acesso a esse tipo de conhecimento. Essa baixa proporção sugere que a educação, de forma geral, não está priorizando ou incentivando suficientemente a aprendizagem de habilidades financeiras para os alunos. O que difere do que é indicado pela OCDE (2005), que defende que a alfabetização financeira seja obrigatória na grade curricular escolar, para transmitir aos alunos conhecimento e criar habilidades que poderão ajudar os alunos ao longo de sua vida.

Com relação ao segundo bloco de questões, que se referem ao crédito, o Gráfico 2 mostra a relação das famílias com o dinheiro.

Gráfico 2: Relação das famílias com o dinheiro

Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 2 mostra a relação das famílias com o dinheiro necessário para pagar as despesas do mês. Mais de 51% das famílias reservam parte do salário para guardar e gastar com despesas além das fixas do mês. Já 7% das famílias entrevistadas gastam todo dinheiro e muitas vezes utilizam outros meios para arcar com as despesas.

Com relação ao montante de dinheiro que sobra para realizar objetivos da família, após arcar com as despesas da família, 58,3% responderam que às vezes sobra; para 27,9% sobra todo mês; 11,3% não sobra, e para 2,5% dos respondentes não sobra e falta para gastos fixos.

Dessa forma, embora uma parcela significativa dos entrevistados afirme ter uma relação familiar positiva com o dinheiro, muitos ainda enfrentam desafios na gestão financeira. Enquanto uma parte reserva parte do salário para gastos, uma proporção considerável gasta tudo ou guarda apenas uma pequena quantia quando sobra. A maioria relata dificuldades em juntar dinheiro para objetivos familiares, indicando uma necessidade de maior educação financeira. Esses achados reforçam as argumentações de Peretti (2007) e Sousa (2008), os quais destacam a importância crucial da educação financeira desde a infância. Peretti (2007) enfatiza a necessidade de ensinar às crianças habilidades de gestão financeira e orçamentária, enquanto Sousa ressalta o papel fundamental da família como agente socializador primário, onde as crianças desenvolvem seus modelos de aprendizagem e relacionamento com o dinheiro. Assim, uma instrução adequada desde cedo pode capacitar as crianças a lidarem de forma mais eficaz com suas finanças no futuro.

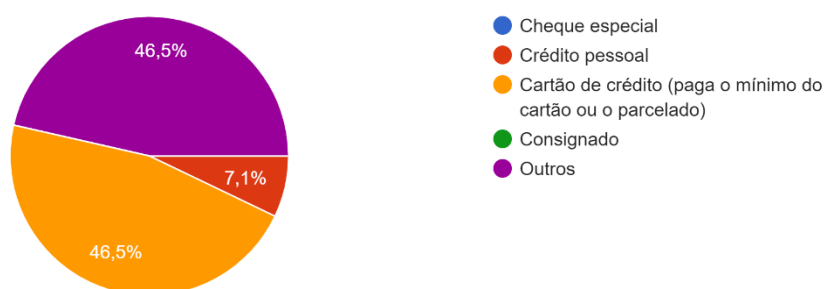
Com relação à situação de endividamento das famílias, a maioria dos entrevistados (71,9%) afirmou ter suas dívidas sob controle, enquanto uma parcela menor (8,4%) admitiu enfrentar dificuldades e dívidas. Esses números corroboram as preocupações expressas por Oliveira (2018) sobre os impactos do endividamento na vida das pessoas. O autor ressalta que o endividamento pode impedir a realização de projetos e sonhos, sugerindo que a falta de educação financeira pode contribuir para esse cenário. Para tanto, frisa a importância de uma educação financeira adequada, que pode capacitar os indivíduos a fazerem escolhas mais

conscientes e evitem o endividamento excessivo, permitindo assim que alcancem seus objetivos financeiros e realizem seus sonhos.

Esse padrão de consumo se alinha com os dados do Serasa (2023), que indicam um aumento significativo no endividamento da população. Tal cenário reflete a preocupação expressa sobre os impactos do endividamento desenfreado, sugerindo a necessidade de uma educação financeira mais robusta para capacitar os consumidores a fazerem escolhas mais conscientes e evitem armadilhas financeiras. Portanto, uma instrução financeira adequada, conforme defendido pelo autor Veiga *et al.* (2019), poderia proporcionar aos indivíduos habilidades para gerenciar melhor suas finanças, optando por modalidades de pagamento mais adequadas e evitando o acúmulo de dívidas excessivas.

Já no que se refere às modalidades de endividamento, o Gráfico 3 mostra os percentuais.

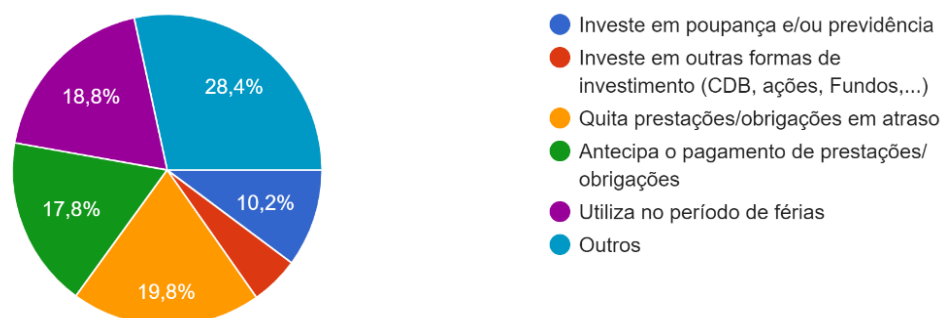
Gráfico 3: Modalidade de endividamento



Fonte: Dados da pesquisa.

Referente ao terceiro bloco de questões, investimentos, o Gráfico 4 mostra a finalidade do décimo terceiro salário para as famílias.

Gráfico 4: Finalidade do décimo terceiro salário



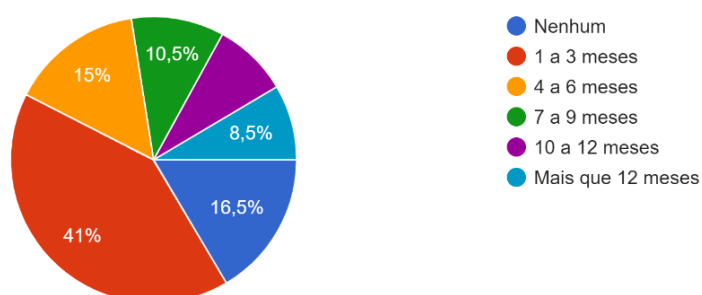
Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 4 apresenta as finalidades atribuídas pelos respondentes para o décimo terceiro, salário, férias, PLR e outros tipos de bonificação. A maioria dos entrevistados opta por investir em poupança ou previdência (28,4%), enquanto outros utilizam esses recursos para quitar prestações e obrigações com atrasos (19,8%), desfrutar de períodos de férias (18,8%),

ou antecipar pagamentos de prestações/obrigações (17,8%). Uma minoria direciona esses benefícios para investimentos em CDB, fundos, ações e outros. Os dados refletem as palavras de Peretti (2007), que ressalta que uma pessoa financeiramente alfabetizada é capaz de estabelecer metas claras, gerenciar situações financeiras adversas e tomar decisões conscientes sobre o uso do dinheiro, incluindo ganhos, gastos, investimentos, poupança e doações. Assim, a educação financeira é reconhecida como um instrumento fundamental para proporcionar às pessoas um maior bem-estar e uma melhor qualidade de vida, permitindo-lhes uma gestão mais eficaz de seus recursos financeiros.

O Gráfico 5 mostra o tempo de manutenção do padrão de vida da família em caso de perda de emprego, por exemplo.

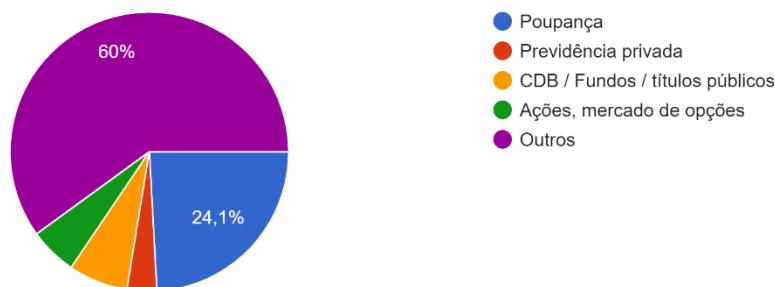
Gráfico 5: Manutenção do padrão de vida



Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados apresentados no Gráfico 5 revelam que 41% das famílias têm capacidade de manter seu padrão de vida por um período de 1 a 3 meses, mesmo em caso de perda total da fonte de renda. No entanto, uma parcela significativa (16,5%) não consegue manter esse padrão por nenhum período, indicando uma vulnerabilidade financeira considerável. Essa situação está em linha com a preocupação expressa por Oliveira (2018), que destaca os impactos do elevado endividamento na vida das pessoas, dificultando a realização de seus sonhos e projetos. Para lidar com essa instabilidade financeira, o autor ressalta a importância de adotar atitudes que promovam um consumo mais consciente e a tomada de decisões assertivas. Nesse contexto, a educação financeira emerge como uma solução fundamental, pois orienta para um planejamento financeiro pessoal eficaz, permitindo a harmonização dos ganhos com os gastos e a formação de uma poupança, contribuindo assim para a segurança financeira e a realização de objetivos pessoais.

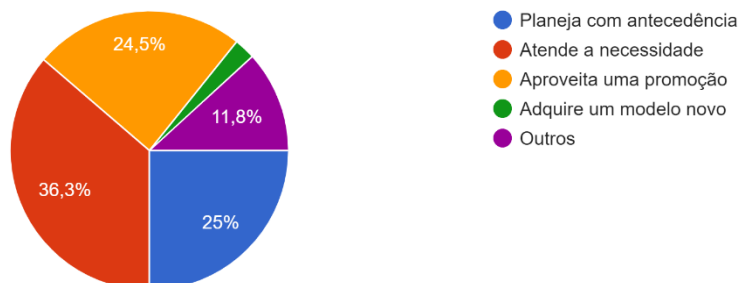
Os entrevistados também responderam a respeito de aposentadoria. A maioria dos alunos que participaram da pesquisa (59,2%) não têm conhecimento se suas famílias reservam uma parte da renda mensal como complemento de aposentadoria. Enquanto isso, 19,4% afirmam que suas famílias não reservam, e 21,4% confirmam que reservam uma parte da renda para esse fim. Com relação às modalidades utilizadas para complemento da aposentadoria, as mesmas podem ser observadas no Gráfico 6.

Gráfico 6: Modalidades para complemento da aposentadoria

Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 6 mostra as modalidades de investimento para aqueles que reservam uma parte da renda para complementar a aposentadoria: 60% responderam que utilizam outras modalidades não especificadas, 24,1% mencionaram a poupança e os demais mencionaram investimentos em previdência privada, ações, fundos e títulos públicos.

No que se refere ao quarto bloco de questões, a respeito das características de consumo, observa-se, por meio dos dados coletados, que 63,5% das famílias realizam o acompanhamento dos gastos mensais e 36,5% não o fazem. O Gráfico 7 mostra a forma como as compras são planejadas.

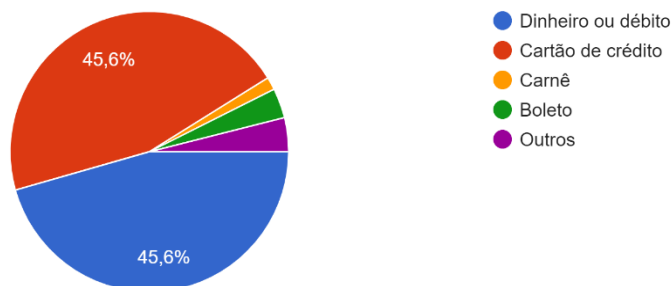
Gráfico 7: Planejamento das compras

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados apresentados no Gráfico 7 revelam que a maioria das famílias baseia suas decisões de compra em necessidades imediatas (36,3%), seguidas pela oportunidade de aproveitar promoções (24,5%) e pelo planejamento prévio (25%). Esses números sugerem uma tendência predominante de compras sem planejamento prévio, o que pode resultar em decisões financeiras menos eficientes, como a falta de pesquisa de preços e a incapacidade para negociar melhores valores. Essa análise se alinha com a perspectiva do autor Moraes (2019), que ressalta a importância da educação financeira para capacitar os indivíduos a planejarem e gerirem seus recursos monetários de forma mais eficaz. Ele enfatiza que a educação financeira proporciona orientação para tomar decisões mais coerentes, promovendo não apenas a economia, mas também o investimento inteligente, o que poderia resultar em melhores escolhas de consumo e uma gestão financeira mais sólida.

A respeito da forma de pagamento, 72,5% das famílias parcelam as compras, principalmente de móveis, eletrodomésticos, enquanto 27,5% pagam à vista. Já com relação ao meio de pagamento mais utilizado pelas famílias, os percentuais podem ser observados no Gráfico 8.

Gráfico 8: Meios de pagamento

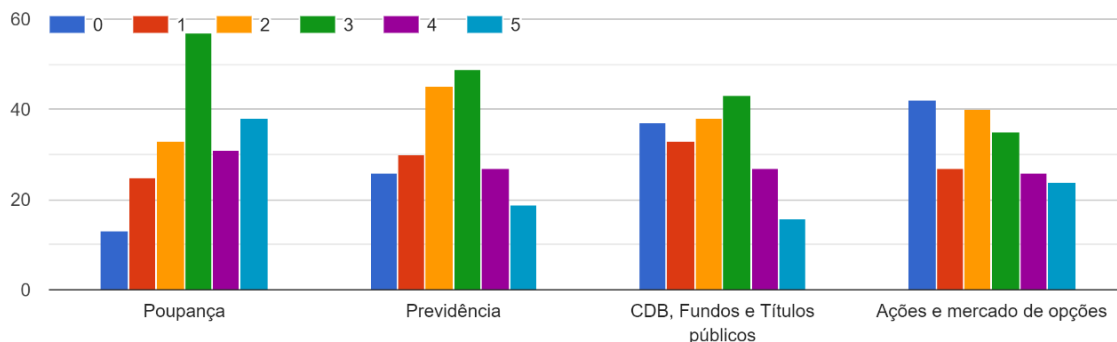


Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 8 demonstra que a forma de pagamento mais comumente adotada é a modalidade parcelada, representando 72,5% das transações, enquanto o restante das compras é realizado à vista. Por outro lado, o Gráfico 4 revela que os meios de pagamento mais prevalentes são o cartão de crédito, utilizado por 45,6% dos respondentes, seguido pelo dinheiro ou débito, com a mesma porcentagem. Os demais optam por outros meios, como carnê, boleto e outras formas de pagamento.

Com relação ao quinto bloco de questões, a respeito do conhecimento financeiro das famílias, o Gráfico 9 mostra o nível de conhecimento das famílias nos diferentes tipos de investimentos.

Gráfico 9: Conhecimento em investimentos



Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 9 ilustra o nível de conhecimento das famílias sobre diferentes modalidades financeiras, destacando que a poupança é amplamente reconhecida, enquanto as ações e o mercado de opções são as opções menos conhecidas. Esses dados ressaltam a relevância de incluir a educação financeira no currículo escolar, como mencionado por Scolari e Granado (2016). Eles argumentam que, considerando o tempo significativo que crianças e adolescentes

passam na escola, é crucial que saiam dela não apenas com conhecimento acadêmico, mas também com habilidades e autonomia para lidar de maneira consciente e crítica com a vida social, incluindo questões financeiras. A escola, portanto, é um ambiente propício para que os jovens aprendam sobre diversas modalidades financeiras e desenvolvam competências que os ajudarão a tomar decisões financeiras mais informadas e responsáveis ao longo de suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar o conhecimento dos estudantes do ensino médio de escolas do Vale do Itajaí, SC a respeito da educação financeira.

Os resultados ressaltam a importância da educação financeira como política pública, especialmente frente ao crescente acesso a produtos financeiros e ao aumento do endividamento. Com o advento da globalização e a facilidade de adquirir bens e serviços, muitas pessoas se veem expostas a estímulos para o consumo desenfreado, contribuindo para uma busca incessante por mais posses.

Portanto, a inclusão da educação financeira no currículo escolar torna-se uma medida crucial para preparar os jovens para os desafios financeiros do mundo contemporâneo. Ao fornecer conhecimentos sobre orçamento, poupança, investimento e gestão de dívidas, as escolas podem desempenhar um papel fundamental na capacitação dos alunos para tomarem decisões financeiras mais conscientes e responsáveis. Ademais, iniciativas como as propostas pelo Senado e as diretrizes do Banco Central para a implementação de estratégias de educação financeira destacam o reconhecimento crescente da importância desse tema. Assim, ao investir na educação financeira desde cedo, pode-se contribuir não apenas para a estabilidade financeira individual, mas também para uma sociedade mais justa e resiliente.

Para estudos futuros, sugere-se a realização de uma análise da matriz curricular do ensino médio, assim como de projetos e leis que possam tratar da educação financeira.

REFERÊNCIAS

AEF. Associação de Educação Financeira. **Relatório Anual de Atividades 2013**. São Paulo, 2013.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de Survey**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

BASTOS, R. **Educação financeira**. 2010. Disponível em: Acesso em: <http://anaisjem.upf.br/download/de-228-scopin.pdf>. 07 Abr. de 2023.

BCB. **BC regula atuação em educação financeira do setor financeiro**. 2023. Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/770/noticia>. Acesso em: 18 mar. 2024.

BRASIL. Secretaria de educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. v.1 Brasília, MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2023.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CVM. Comissão de Valores Mobiliários. **Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF**, mimeo, s/d.a.

GRANDO, N. I.; SCHNEIDER, I. J. Educação financeira: o que pensam alunos e professores. **Revista Educação em Questão**, v. 40, n. 26, p. 195-219, 2011.

HAIR JR., J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMOUEL, P. **Fundamentos e métodos de pesquisa em administração**. 6ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

JACOB, K. et al. **Tools for survival: an analysis of financial literacy programs to lower-income families**. Chicago: Woodstok Institute, Jan/2000.

MODERNELL, A. **Educação financeira**. 2011. Disponível em <https://ucho.info/2011/09/08/afinal-o-que-e-educacao-financeira/> Acesso em: 07 abr. 2023.

MORAES, F. A. **Educação financeira: curso de capacitação na formação docente inicial**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Cornélio Procópio, 2019.

NÉRICI, I. G. **Metodologia do ensino: uma introdução**. 2 ed. São Paulo: atlas, 1981.

NOBRE, L. F. **Terapia familiar: uma visão sistêmica**. In Py, L. A. et all. Grupo sobre grupo. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

OCDE. **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira**. 2005. Disponível em: [https://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/\[PT\]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/[PT]%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf). Acesso em: 18 mar. 2024.

OLIVEIRA, L. L. **Planejamento financeiro pessoal: a importância de poupar e investir para ter qualidade de vida**. 2018. Artigo (Pós-Graduação em Gestão de Negócios, Controladoria e Finanças Corporativas). Revista IPOG, 2018.

PABIS, M. G.; HOCAYEN-DA-SILVA, A. J. Uma revisão sistemática sobre a pesquisa em educação financeira. **Desenvolve Revista de Gestão do Unilasalle**, v. 11, n. 1, 2022.

PERETTI, L. C. **Educação Financeira: aprenda a cuidar do seu dinheiro**. Paraná: Impressul, 2007.

PRADO, A. B. B. Educação financeira: a visão de jovens universitários sobre as finanças familiares. 2015. Dissertação (Mestrado em Administração). Pontifícia Universidade Católica

de São Paulo, São Paulo, 2015.

RIBEIRO, Q. D. M. *et al.* Financial education as a public policy in Brazil and its potential impacts on the family budget. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, 2021.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

SANTOS, E. A. **A matemática financeira como alternativa de contextualização**. 2008. Disponível em: Acesso em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/672-4.pdf> 07 Abr. 2023.

SCOLARI, L. C.; GRANDO, N. I. Educação financeira: uma proposta desenvolvida no ensino fundamental. **Educação Matemática Pesquisa**, São Paulo, PUC, v.18, n.2, p.: 673, 2016. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/view/22477>>. Acesso: 10 mar 2023.

SECCHI, L.; NUNES, G. S.; CHAVES, T. J. O Plano Nacional de Educação: análise do processo de construção de uma política pública tipicamente brasileira. **Administração Pública e Gestão Social**, 2021.

SENADO. **Projeto inclui educação financeira no ensino básico das escolas**. 2024. Disponível em : <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/01/15/projeto-inclui-educacao-financeira-no-ensino-basico-das-escolas>. Acesso em: 18 mar. 2024.

SERASA. **Como a crise financeira pode afetar sua saúde mental**. 2024. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/como-a-crise-financeira-pode-afetar-sua-saude-mental/>. Acesso em: 18 mar. 2024.

SERASA. **Mapa de inadimplência e negociação de dívidas no Brasil**. 2024. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/> Acesso em: 18 mar. 2024.

SILVA, I. T. Educação Financeira e Educação Matemática Crítica na escola: articulando conhecimentos no Ensino Médio. In: Encontro brasileiro de estudantes de pós-graduação, Juiz de Fora – MG, **Anais...**, Juiz de Fora - MG, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

SILVA, R. A. **Educação financeira: desafios de nosso tempo**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Ensino das Ciências). Universidade do Grande Rio, Duque de Caxias, 2019.

SOUSA, A. P. A importância da parceria entre família e escola no desenvolvimento educacional. **Revista Iberoamericana de Educación**, 2008.

VILLELA, D. G. **A Educação Financeira nas Escolas**. 2019. TCC – Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração de Empresas). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

WEIL, P. **A criança, o lar e a escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.